

# TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES: IMBRICAÇÕES QUE DÃO NOVO SENTIDO À (RE) EXISTÊNCIA DOS POVOS KAINGANG

ANGELICA DOMINGOS<sup>1</sup>

UFRGS, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0002-6170-2175>

ROSA MARIA CASTILHOS FERNANDES<sup>2</sup>

UFRGS, BRASIL

<http://orcid.org/0000-0001-5499-714X>

---

**RESUMO:** *Este texto trata dos significados atribuídos ao território e as territorialidades a partir da aproximação dos conhecimentos construídos pelos coletivos indígenas da etnia Kaingang, no intuito de compreensão de suas formas de resistências e de contribuições na agenda das lutas indígenas. Apresenta a revisão teórica realizada sobre a temática investigativa e dialoga com fragmentos de uma pesquisa que, a partir da história oral, revela experiências de lideranças indígenas na luta pelo território.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Territórios, Territorialidades, Kaingang. história oral.*

**ABSTRACT:** *This text deals with the meanings attributed to the territory and the territorialities from the approximation of the knowledge constructed by the Kaingang indigenous collectives, in order to understand their forms of resistance and contributions to the agenda of indigenous struggles. It presents the theoretical review carried out on the investigative theme and dialogues with fragments of a research that, based on oral history, reveals experiences of indigenous leaders in the struggle for territory.*

**KEYWORDS:** *Territories, Territorialities, Kaingang. oral history.*

---

---

<sup>1</sup> Kaingang, Assistente Social e Mestre em Política Social e Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social da UFRGS. E-mail: [gelidomingos@hotmail.com](mailto:gelidomingos@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social da UFRGS. E-mail: [rmariacf@uol.com.br](mailto:rmariacf@uol.com.br)

## Introdução

A gente nunca é sozinho, né? Não faz nada sozinho...ah não porque fui eu que fiz, não existe isso aí, existe sempre um coletivo, um grupo de pessoas que acreditam e eu sou, minha vida é nesse sentido, sempre procurar dentro do coletivo.

*Kretâ Kaingang, 2022.*

A discussão que propomos requer a compreensão inicial sobre a expressão território, tão utilizada no cotidiano e tratada conceitualmente por diferentes áreas do conhecimento e, neste texto, em especial, o território indígena e as territorialidades vivenciadas são o foco da discussão. Para tanto, nos aproximamos dos conhecimentos construídos pelos coletivos indígenas e os significados atribuídos ao território e às territorialidades, no intuito de compreensão de suas formas de resistências e de contribuições na agenda de lutas indígenas.

Inicialmente é preciso reconhecer que o Estado brasileiro se manifesta por meio das suas agendas e de modelos de gestão das políticas sociais públicas e se caracteriza por ser mais ou menos democrático, mais ou menos progressista, ou ainda, mais ou menos de direita, com fortes intenções de violações de direitos para defesa do capital financeiro ou dos interesses políticos em jogo. No entanto, a luta incessante dos coletivos indígenas pela afirmação e garantias de suas conquistas é permanente, a começar pelos territórios indígenas. São diversas as violações aos povos indígenas ao longo da formação sócio-histórica brasileira. Assassinatos e vários tipos de violência contra aqueles que estão defendendo seu território, invasão de garimpeiros, instalação – sem consentimento nem consulta prévia – de grandes empreendimentos em terras indígenas, como barragens, hidrelétricas, expansão do agronegócio, arrendamento de terras indígenas, expulsão violenta de suas pequenas retomadas territoriais, até a ação de políticas públicas não condizentes com os modos de ser, viver e conhecer indígena. E o pior de tudo isso é ver no Estado – diga-se no “Governo Bolsonaro (2019-2022)” – a tentativa de legalização da mineração, arrendamento em terras indígenas, visando os interesses de quem já detém o poder economicamente. É, novamente, a tentativa de morte dos coletivos indígenas.

Compreender os processos de violências e violações que os povos indígenas passaram e passam é também trazer à tona os processos de resistências, das suas retomadas na busca pelo bem viver kaingang. Tais conhecimentos sobre os modos de ser, viver e conhecer dos povos indígenas e, neste estudo, dos povos Kaingang, tornaram-se uma condição para a agenda de construção de conhecimentos na pós-graduação em território acadêmico capaz de ressignificar conhecimentos de pesquisa numa relação de complementariedade entre duas assistentes sociais (indígena e não indígena), principalmente de aprendizagens e

escrita, de fato uma relação de vínculo não somente de pesquisa e troca de saberes e olhares, mas de vida.

Assim, neste artigo, socializamos fragmentos de uma caminhada investigativa de uma Kaingang que revela, por meio também da história oral, as experiências narradas por lideranças Kaingang que participaram do estudo<sup>3</sup> e que foram sendo articuladas num só diálogo com a revisão teórica realizada.

## Contribuições Teóricas para o Debate

Os territórios e territorialidades estão imbricados e vão dando novo sentido à (re) existência kaingang. Como ressalta Tommasino (2000): “ao (re) inscrever no território invadido pelo branco na territorialidade kaingang, ele se (re)humaniza nesse território, subvertendo as intenções da sociedade nacional.” É pois, neste “(re)criar seu território que os kaingang reafirmam a luta há mais de um século e meio iniciada pelos seus ancestrais. (MARÉCHAL *apud* TOMMASINO, 2000, p. 160).

Trazemos para o cerne deste debate os territórios e territorialidades, pois são a partir destes que se dão a humanidade kaingang e é por causa destes que seguem os conflitos, pois seus significados, sentidos e “valores” são distintos para ambos os lados, seja por parte da sociedade envolvente e o Estado, seja para os povos indígenas.

O acesso à terra aparece como foco de disputa e motivo de choque entre modos de viver diferentes é o modelo ocidental hegemônico, baseado na concepção territorial do Estado-Nação – incorporado pelo parâmetro da propriedade privada – que busca se impor sobre outras a todo custo (MARÉCHAL, 2017, p. 86).

A tentativa constante de desterritorialização, que se inicia desde a invasão deste imenso território chamado Brasil, em nome da propriedade privada e do capitalismo, de certa forma segue em curso. Essa desterritorialização levou vários coletivos indígenas a buscarem novos territórios ou outras áreas, novos referenciais culturais de forma a adaptarem-se a uma nova realidade (BETHONICO, 2018).

Para Elaine Tavares (2019, p.124), a desterritorialização fez parte das estratégias do próprio capital, pois “o período colonial, no qual os povos originários foram aplastados primeiro pela mita, a encomenda, a fazenda, o trabalho escravo e depois pelo trabalho assalariado na condição de explorado, marcou um tempo de quase completa perda de raízes. E isso não foi por acaso”. A autora quer dizer que a desterritorialização não ocorre por acaso, pois a terra para os povos indígenas

---

<sup>3</sup> A pesquisa teve como objetivo geral “Desvendar as violações dos direitos indígenas promovidas pelo Estado brasileiro e a repercussão nos modos de vida e de resistências dos povos originários em relação às suas territorialidades no sul do país visando contribuir com a afirmação da agenda das lutas indígenas.” A metodologia desta investigação está relacionada com a experiência de vida Kaingang da pesquisadora que propõe o estudo desta temática e (por meio da história oral) realiza entrevistas com duas lideranças Kaingang: Dona Iracema e Kretâ, citados ao longo do texto. (DOMINGOS, 2022).

[...] significa bem mais do que um pedaço do território que pode ser comprado ou vendido segundo as conveniências. Ela encerra um modo de vida. Sem a terra, sejam os que foram obrigados a migrar para outros espaços, ou aqueles que ficaram num território totalmente revirado pelo modo de produção colonial/capitalista, os povos autóctones precisaram de muita força para manter sua cultura na escuridão da noite da suprema derrota. Mas, como é comum às gentes originárias, foi justamente no silêncio das aldeias, dos acampamentos de beira de estrada, e na solidão da vida desenraizada nas cidades, que eles foram fortalecendo a memória, desenterrando lembranças e repassando, ainda que em pedaços, partes de sua história. (TAVARES, 2019, p.124).

Bethonico (2018) refere que o uso das terras indígenas pela população que ali habita tem o sentido de usufruto. O autor cita em seu artigo as contradições da propriedade privada e o Estado capitalista que, ao longo da história, as chamadas potências coloniais impuseram direitos exclusivos sobre propriedades, incluindo então o direito de vender ou alienar a propriedade. A discussão da propriedade privada e sua reflexão são tão necessárias para pensarmos sua inerência à lógica capitalista e sua forma inversa aos modos de ser e viver dos povos indígenas assim como são os grandes proprietários que seguem expulsando e esbulhando territórios tradicionais, impossibilitando essa plena existência. Essa expropriação e a expulsão de parte da população rural tornam essas pessoas privadas de seus meios de produção e coloca em risco sua própria sobrevivência, como no caso dos povos indígenas, que ficam incapacitados de produzir sua subsistência, e, conseqüentemente, sofrem o que reconhecemos como genocídio ou, ainda, se tornam forçados a se transformar em consumidores daquilo que sempre encontraram na sua relação com a natureza, a pesca, o plantio entre outros meios de viver indígena. (DOMINGOS, 2022).

Ao longo da história, os processos de desterritorialização são caracterizados como complexos e contraditórios e, muitas vezes, são decisivos para o extermínio de uma população. Por isso, a compreensão do significado do território a partir dos saberes indígenas é fundamental para superar a historiografia tradicional que, por vezes, não reconhece os saberes ancestrais, se fixando na *episteme* eurocêntrica e branca. (FERNANDES; DOMINGOS, 2020).

Bethonico (2018), contribui para a reflexão sobre território mostrando que a apropriação do espaço forma o território e por meio desta apropriação o ator territorializa determinado território; e que o conceito de território se tornou expressivo por representar a complexidade que nos rodeia além do espaço físico, natural e paisagístico, tornando patente que sua concretização se ocorre quando os homens passam a habitá-lo e apropriar-se dele.

Podemos dizer que a luta dos povos originários pelo território, pelo menos para muitas etnias ainda não cooptadas pelo agronegócio e/ou outros interesses do processo de exploração do capital, é uma luta anticapitalista. Elaine Tavares nos diz:

[...] nesse reivindicar assumem a luta anticapitalista, porque não querem a terra para especular ou produzir mercadorias. Querem o território para simplesmente viverem. O modo de vida destruído pela invasão não tem como voltar – já são 500 anos de capitalismo dependente – mas é visível que os pressupostos que orientam a vida das comunidades indígenas em toda Abya Yala aparecem hoje como fundamentais para a construção de uma nova sociabilidade capaz de unificar os povos autóctones e os trabalhadores historicamente explorados pelo sistema capitalista. O modo de vida haverá de ser transfigurado, mas não na condição de atualização histórica e sim no processo negociado entre as etnias. Aquele que é chamado de branco pelos povos originários é o capital e esse é o inimigo a ser derrotado. Mas, para isso é preciso que os trabalhadores não-índios também se apercebam que há singularidades na questão indígena e que sua cosmovivência precisa ser levada em conta para qualquer construção que se possa tentar de constituição de uma nova sociedade (TAVARES, 2019, p.125).

As entrevistas revelam o quanto o Estado tem esse papel violador ao longo da história e Kretã relata o quanto a questão do arrendamento – diga-se forma de disseminação do agronegócio – é usada perversamente submetendo os povos originários a esta ordem do próprio capital e aos interesses políticos locais.

Até hoje, por exemplo, a questão do que o Estado mais usa contra nós é a questão do arrendamento, pra quem está arrendando parece que é bom, parece que tá ganhando dinheiro, tá vivendo bem, está com carro, está com tudo, tá bom, mas agora pra nós que tamo lutando pela terra, que tamo lutando pela demarcação de terra é muito ruim, fica negativo, porque os mesmos deputados que apoiam o arrendamento são os mesmos deputados que falam “Porque os índios querem terra?”, mas eles querem regularizar o arrendamento, pra eles poder, e o Estado tem uma influência tão grande sobre as terras indígenas arrendadas porque lá está envolvido prefeitos, deputados, na vida daquele município, ex-prefeitos, todo mundo tá envolvido naquele arrendamento ali. (KRETÃ, entrevista em janeiro 2022)

Kretã avança trazendo consequências deste processo de arrendamento e do quanto mesmo em processos de demarcação e retirada de posseiros eles voltam por meio do arrendamento como o dito:

[...] então é uma coisa que quando você fez a demarcação da tua terra, que você tirou os posseiros de cima, e os posseiros foram retirados das terras indígenas, esses posseiros voltaram novamente para as terras indígenas, não fisicamente lá dentro morando, mas voltaram pelo arrendamento, continuam donos das nossas terras do mesmo jeito, continuam produzindo nas nossas terras, continuam gerando conflito dentro da terra indígena, morte, como foi o caso que aconteceu aqui no Rio Grande do Sul, os assassinatos que aconteceram aqui no Rio Grande do Sul, oriundo do arrendamento, uma política que não é nossa, uma política externa, que nos massacra, que usa todo o poderio político, bélico, tudo que tem de maldade pra poder gerar conflito e fazer com que aconteça morte, pra que aquela liderança fique mais forte, pra que os outros fiquem tão abaixo deles e nem pense fazer nada contra eles, e eles podem manter a prática do arrendamento tranquilo.

### **A Circularidade e Andanças dos Povos Indígenas: os Kaingang em movimento**

No lugar onde eu tiver, onde eu vou, onde eu fico, parece que nunca é o meu lugar ali. É, não consigo dizer assim, agora aqui é o meu lugar. Mas eu estou um tempo no lugar, mas parece aquela coisa que não é ali. Se eu pudesse ficar rodando sabe, por exemplo, ficar um tempo numa aldeia, ficar um tempo em outra, eu não ia me achar do mesmo jeito, mas eu ia estar em movimento, mas ficar parado me incomoda. (Kretã, 2022).

A noção da lógica da circularidade é parte da trajetória Kaingang. A fala de lideranças indígenas, principalmente os sábios Kaingang quando falam de educação e processos de aprendizagem, é sempre numa ótica circular e não quadrada.

Efetivamente, passei a sentir este fenômeno quando no meu caminhar volto a circular os mesmos espaços que meus antecessores caminharam, e mesmo até os que eu passei outrora. Não é somente um andar desenfreado, mas baseamos numa lógica de corpo e pensamento em movimento. Um movimento não acima ou abaixo, à frente ou atrás, mas lado a lado circularmente. (DOMINGOS, 2022, p.61-62).

Dona Iracema narra uma história que exemplifica essa circularidade através, também, das retomadas e dessa relação com o Estado, cheia de empecilhos para reaver territórios invadidos. Ela nos conta uma história de um território originário que foi sobreposto e se tornou um parque nacional. Conta que seu cunhado dizia que teria êxito na época da intenção de retomada e Dona Iracema tratou de dizer:

[...] eu sinto muito cunhado, pelo o que eu vou te dizer, mas não vai sair logo o nosso território em Canela. Talvez os nossos filhos que vão conseguir". E ele me perguntou: "mas por que comadre?"; e eu respondi: "não sei, não sei responder nessa hora... Vamos ver mais tarde... Tu vai andar em roda da Canela, tu vai voltar pra pinheiro, tu vai voltar pra serrinha e vai tá voltando pra fazer essa tua jornada. Em volta da Lomba do Pinheiro". Sabe, eu via ele indo com essa história da mudança pra lá e pra cá, mas daí, no final, eu não via ele dentro da Canela. Ele foi pra Canela e ficou na beira da estrada. Tudo isso parece que eu tava vendo quando eu sonhava.

A fala da dona Iracema revela a noção da circularidade e que a luta pela retomada do território é histórica e transgeracional, mas fundamentalmente ela traz a sua força espiritual por meio das suas visões enquanto uma Kujá.

A questão de territorialização é fundamental para compreensão desta discussão relacionada aos povos indígenas, ou seja, através da mobilidade os processos de retomadas que palpavelmente nos fazem mais sentido. Retomar para caminhar novamente no espaço roubado. É preciso afirmar que é por meio das retomadas que atualizamos nossas resistências, na busca por aquilo que foi esbulhado. Para Iracema, em entrevista realizada, quando fala dos processos de retomada diz: "a retomada, que era um trabalho político também [...] O pai fazia isso para trazer de volta as terras dos Kaingang que estavam nas mãos dos brancos, que era um trabalho dos políticos". Assim, a retomada é um ato político. Não se trata somente da continuidade da existência do povo Kaingang, mas de posicionamento de um espaço que foi retirado dos povos Kaingang.

Se outrora fomos e, cotidianamente, somos desterritorializados, seja de nossos modos de ser e fazer o mundo a partir de nossos corpos, seja do espaço físico que nos propõe viver culturalmente, os quais não estão separados, cotidianamente também somos resistência, fazendo os processos de re-territorialização, através de nossas mobilidades, de retomadas. Nestas vias, retomar o *eu* Kaingang que tentaram matar, retomar os territórios e toda sua completude que matam e roubam constantemente. (DOMINGOS, 2022, p. 68).

Os povos indígenas, mesmo com o massacre existente, sempre reagem na busca pela retomada de seus territórios, luta que perdura até os dias de hoje através da luta pela demarcação. Vemos os territórios arrasados, sem matas, rios poluídos, sem a medicina e alimento tradicional. Ocorre também um expressivo crescimento populacional e a escassez de recursos naturais para a subsistência. Dentre tantas problemáticas se materializam a resistência e formas de adaptação nos tempos atuais.

As discussões trazidas que abrangem os sentidos e significados de território nos fazem refletir sobre esta enorme disparidade que seguem os diferentes mundos na concepção de território. Pois é a partir dela que seguem as violências propositais ou não nas violações dos modos de ser e viver indígena, legitimando assim o pensamento conservador e racista que marginaliza, empobrece e mata os indígenas.

Uma das grandes discussões que trago aqui, é o sentido de ótica da terra como propriedade, de apropriação, apoderar-se sobre algo, como alguns autores citados nos trazem. Talvez essa seja uma das formas centrais inversas que se dão os conflitos de modos de pensar o território, pois é a partir disso que, com a invasão, se dá o esbulho deste imenso território e que, de certa forma, ainda segue em curso por meio da selvageria do capital financeiro. Trago esbulho aqui no sentido do que foi a colonização, como ação desonesta de se apossar de algo que não lhe pertence.

Nos modos de pensar indígena existe uma enorme diferença, pois tudo neste mundo tem um dono já, e que não são as pessoas necessariamente em determinado espaço. Trazemos aqui algumas passagens onde os Kaingang pedem licença para adentrar nos matões fechados. Ali há espíritos bons e ruins, é sinal de que ali já existe alguém. Isto significa que ali tem algum dono e que a ele devemos respeito, se não quisermos ficar doentes ou até morrer. Assim, os kaingang dão forma, sentido e animação para a mata, para as plantas, os animais e seus seres. Elas, de certa forma, têm vida própria.

Além disso, o território também está inevitavelmente vinculado ao lugar que nascemos, pois as matriarcas costumam enterrar na terra a placenta depois de algum parto. Também outra parte do rito de nascimento de uma criança é o enterramento do cordão umbilical. Como o kaingang pesquisador Danilo Braga traz em sua dissertação de mestrado:

Chamamos de "Ëg jámã", que quer dizer "nossa terra". Porque o Kaingang chama seu território de "Jámã"? Porque com estas terras está estabelecida uma espécie de pacto, isto é, uma ligação muito forte com seus antepassados que ali estão enterrados e até mais, os seus próprios umbigos, que é parte do corpo Kaingang. Portanto, não é uma simples relação de terra como mercadoria, ali a mãe terra está guardando a memória de seus antepassados, guardando parte de nossos corpos, isto é, a história do povo Kaingang. (BRAGA, 2015, p. 48).



Neste sentido os corpos indígenas estão interligados, interconectados diretamente com o território, e levo esta discussão para além ainda, pois como Braga (2015) nos aponta a terra é como mãe.

Culturalmente enterramos a placenta na mesma, o que me ocorre é que ela é a criadora de tudo, humanos, a mata, os rios, os animais, os espíritos e nossas relações com tudo isto, como se fosse mãe, e desterritorializados, parecemos órfãos. Com isto trago a palavra Nãnga, para nós uma palavra forte que também nos define como Kaingang que em português é uma junção de mata e terra, ou piolho de terra. (DOMINGOS, 2022, p. 62-63).

Toda esta relação Kaingang com o território, “trazem a concepção de parte de nosso corpo resguardados na terra, como uma guardiã de nossas memórias” (2015, p.48), como nos aponta Danilo Kaingang. Esta relação também com a mata, com os animais, rios “nos remetem a uma espiritualidade, quando pedimos permissão a uma planta medicinal para colhê-la ou quando pedimos licença ao adentrar nos matões fechados, ou quando saímos dos matões chamamos o nome das crianças para que espíritos ruins da mata não aprisionem o espírito da criança causando o adoecimento da mesma” (DOMINGOS, 2022, p.64). Este ponto é significativo para entendermos a complexidade dos significados desta relação de respeito e reciprocidade que temos com as matas, com as florestas. Esta relação não é somente harmoniosa como muitos romantizam, mas uma relação de respeito e reciprocidade mútua, assim como existem os espíritos bons também existem os ruins, e a eles devemos respeito, pois como já mencionado, são os donos daquele espaço.

Desta forma, nossos territórios abrangem uma complexidade de sentidos, valores, costumes e vivências que não estão atrelados somente ao espaço geográfico, mas a uma série de proposições que nos vinculam ao território, assim como aqueles vínculos reconhecidos pelo marco legal como o citado na Constituição Federal de 1998, nos art. 231 e 232, que mencionam o direito à diferença e o direito originário sobre suas terras.

Ainda, conforme a FUNAI, “o processo de demarcação, regulamentado pelo Decreto nº 1775/96, é o meio administrativo para identificar e sinalizar os limites do território tradicionalmente ocupado pelos povos indígenas”<sup>4</sup>. Demarcar já nos remete ao entendimento de fixar marcos, limites, delimitar. Mesmo sendo uma conquista no âmbito jurídico-político para consolidação de um direito de fato, a demarcação das terras indígenas traz o entendimento de delimitação de uma área, uma condição imposta aos povos indígenas. No entanto, como vemos, os coletivos indígenas ressignificam sua existência a partir de suas territorialidades, o que extrapola as condições impostas e nos faz refletir hoje sobre suas formas de resistência em meio a todo o caos e à marginalidade a que são submetidos.

---

<sup>4</sup> Para saber mais sugiro acessar o site: <http://www.funai.gov.br/>.

Kretã nos ensina como os territórios eram demarcados pelos Kaingang mais velhos para, hoje, reconhecer os territórios.

[...] se você juntar as pesquisas de hoje sobre a questão do território Kaingang, o território Kaingang ele foi demarcado através das araucárias, porque se você ver a história dos ancestrais Kaingang é a floresta que foi plantada por mãos humanas foram as araucárias, e foram os nossos ancestrais que plantaram. E a partir de ali que eu comecei a entender como é a questão territorial Kaingang. Então, por exemplo, a floresta de araucária vai desde aqui pelo Rio Grande do Sul, vai pelo interior, desce pelo sudoeste de Santa Catarina, pega uma parte da Argentina, o interior de Santa Catarina, o interior... e sobe pelo sudoeste do Paraná, vai pro norte, vai para as planícies de Curitiba, as araucárias, e depois ela vai pra São Paulo e chega em Minas. Então, esse era nosso território, nossa terra, porque uma maneira que era usada pra conhecimento de território também era isso, que outro povo que não fosse Kaingang não entrava em território que havia araucária, porque sabia que o povo Kaingang estava ali, que ele era o morador legítimo. (KRETÃ, entrevista janeiro 2022).

De acordo com a CF de 1988 as "terras tradicionalmente ocupadas" enquanto direitos indígenas são qualificadas "no sistema jurídico como direitos originários, ou seja, não se trata de direito adquirido por meio da lei, mas de um direito que é anterior à própria lei, e apenas reconhecido por ela" (ENTRE T/TERRAS, 2017 p 14). Ainda sobre a CF de 1988, os incisos 1º e 4º, caracterizam terras indígenas como sendo:

Inciso 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. [...]; Inciso 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

Bethonico (2018) refere que com o esbulho dos territórios indígenas, o avanço da colonização, a efetivação da expansão nos moldes capitalistas e com o apoio do Estado surge uma nova realidade para os povos indígenas, principalmente com a formação das terras indígenas.

No caso das terras indígenas, a partir do momento em que são indisponíveis, não existe a possibilidade de disporem do espaço a eles reservado pelo Estado e, com isso, a mobilidade espacial e a constituição de novos territórios fica limitada a um limite imposto pelo Estado,

bem como a exploração dos recursos minerais. (BETHONICO, 2018, p.301).

Assim, embora a demarcação de uma área para os indígenas crie uma Terra Indígena delimitada, as territorialidades e formas de habitar os territórios transcendem esta limitação de espaço geográfico. Justamente por uma diversidade de formas de mobilidade, às quais foram explicitadas neste trabalho, que os conceitos de sedentarismo e nomadismo são insuficientes para conseguir descrever adequadamente este processo (ENTRE T/TERRAS, 2017).

Essa mobilidade já serviu como resposta a argumentos contrários à demarcação de terras indígenas. Um deles que podemos citar é o *marco temporal*, que ainda se encontra em julgamento, que delimita o marco de 1988 para que os povos indígenas estivessem em seus espaços territoriais, a fim de ingressarem em juízo pelo direito ao seu território. No entanto, pelo pensamento conservador discriminatório deixam no esquecimento e na invisibilidade todas as formas de expulsão causadas ao longo da construção desta terra chamada Brasil. E todas as formas indígenas de relação com suas territorialidades, de mobilidades, de andanças por uma rede de caminhos, de formas de parentescos entre humanos e não humanos ainda resistentes no nosso cotidiano.

As noções indígenas sobre territorialidades confrontam noções hegemônicas de território e ocupação.

Se a T/Terra habitada pelos indígenas é construída por relações e é, ela mesma, uma rede de relações, a demarcação de uma área não será o ponto final de um processo de (re)territorialização, mas apenas um movimento no processo de desterritorializar-se e reterritorializar-se que caracterizam os modos nativos de habitar, de relacionar-se com os "terrentes" e configurar fronteiras que são porosas e podem, a qualquer momento, vazar, isto é, reconfigurar-se, estabelecendo novas redes relacionais. (ENTRETERRAS, 2017, p. 36).

Neste sentido é que associo as noções de territorialidades dos povos indígenas a suas dinâmicas e ao constante movimento, trazendo as retomadas no sul do Brasil, suas mobilidades através da relação de parentesco, a presença de indígenas em meio urbano, nas vendas de artesanato, nas aldeias, nas universidades, como uma extensão do nosso corpo em movimento, como potência de continuidade de vidas que, ao longo dos séculos, é desterritorializado, e que através de nossa própria humanidade se reterritorializa atualizando nossas formas de ser, viver e se relacionar no mundo.

As reflexões trazidas para compreensão sobre território e territorializações, além do trato teórico dado às categorias, requer também afirmar nosso compromisso através da escrita na potencialização das formas indígenas de resistência, de (re) existência, na continuidade de sabedoria ancestral, sua cultura, à qual ainda se faz presente, forte e potente, em meio às violências das mais barbáras, em meio às cercas e

arrames farpados, até a enormes plantações de soja e monoculturas que fazem divisa com suas terras e mesmo na porta de suas casas.

Assim mesmo, com todas as formas impostas de utilização do território, inclusive as dissidências acirradas pelo Estado, as noções de mobilidade ainda resistem às violações decorrentes do aldeamento e aprisionamento indígena. A história de vida trazida por Kretã na sua oralidade nos conta uma das dissidências que ocorrem no próprio território indígenas entre os Kaingang:

[...] com dezesseis anos teve um conflito na aldeia onde que a minha família estava nesse conflito, e acabou que tivemos que sair de lá da terra indígena, como acontece hoje nas terras indígenas né, principalmente as Kaingang, onde acontece um conflito, aquela família que no conflito acaba perdendo, a mais fraca, ela acaba saindo e ficam outras. E eu acabei saindo com dezesseis, fui para cidade. Inclusive na época eu falei uma palavra assim que até hoje assim ela me incomoda um pouco, porque eles queriam transferir nós pra outras aldeias né, e eu não quis ir pra outras aldeias, não aceitei, porque eu disse que não era minha terra [...]. (KRETÃ, entrevista janeiro de 2022)

De acordo com Kretã naquele tempo os conflitos não estavam diretamente relacionados com o arrendamento e sim com o poder instaurado na relação com o Estado, pois é criado um mecanismo de dominação onde várias coletividades Kaingang são representadas somente por uma pessoa e que pode ser o cacique. Kretã referiu:

[...] os conflitos que aconteciam eram mais por aquela questão de poder, de ser cacique. Então o conflito era porque eu quero ser cacique, porque eu quero ser cacique, porque eu quero ser cacique. Então era mais assim por poder né, não era por arrendamento. (KRETÃ, entrevista janeiro de 2022).

Kretã narra a sua percepção sobre os processos de arrendamento de terra, pois reconhece que, por um tempo, os próprios Kaingang plantavam e colhiam o alimento:

Pelo menos lá na minha região não existia o arrendamento lá né, não tinha o arrendamento ainda, lá a produção de alimento era tudo da comunidade, inclusive as próprias lavouras da comunidade que tinha, tudo o que se produzia ali ficava ali, na comunidade, não era, por exemplo a soja mesmo eu fui conhecer a soja lá dentro da nossa terra quando eu já tava, acho que com treze, quatorze anos que eu vi o primeiro pé de soja assim, porque não tinha. Lá a maior produção que tinha era milho, era feijão, era arroz. A comunidade, as pessoas produziam, então as pessoas criavam muita

galinha, muito porco, tinham vaca leiteira né pra leite, então era um modelo que as pessoas produziam alimento pra comer né, e daí depois que meu pai morreu, em 1980, que a FUNAI acabou levando as primeiras sojas pra lá né, levou o primeiro maquinário pra poder abrir mais área[...] e daí foi incentivando as famílias a plantar soja na terra indígena, e daí aquela cultura de plantar milho, plantar feijão, plantar arroz, mandioca, batata, essas coisas, amendoim, eu via muita plantação de amendoim na casa dos meus parente, tinha amendoim plantado, tinha mandioca plantada, hoje é só soja[...]. Hoje quase ninguém produz mais alimento, assim como em várias terras indígenas no Sul né[...] prefere vender a soja e comprar, fazer compra no mercado né, do que plantar um arroz, do que plantar um milho, plantar um feijão, uma mandioca [...]. (KRETÃ, entrevista janeiro de 2022).

Também na conversa com Kretã, foi possível conhecer a história dos processos de organização dos indígenas no contexto urbano. A mobilização resultou na criação de uma associação da qual Kretã fez parte. Havia situações que eram comuns aos indígenas da cidade

[...] começamos a se encontrar com os indígenas né, na capital todo mundo passando por dificuldades, e eu ali, nunca me ofereci pra ajudar, daí até que decidimos com eles um dia lá né, de criar uma associação, daí criamos essa associação dos índios urbanos, na assembleia de eleição não teve né, porque um deles disse, não, mas nem vamos fazer chapa né pra votação, vamos colocar o Kretãzinho, aí começaram a me chamar assim né, porque o pai dele foi muito conhecido, era muito conhecido aqui em Curitiba, então ele vai abrir muitas portas pra nós, pra nossa associação através dele, nós não somos conhecidos nem nada, então vai demorar muito mais pra nós do que pra ele, essa era a conversa das famílias na época. E daí eu acabei virando presidente da primeira associação de índio urbano lá, e daí nós fizemos uma conversa entre nós, eu ainda não sabia muita coisa, eu falei pra eles, ó eu não sei nada, nada, mas eu tenho muita vontade de aprender pra ajudar, e o que tiver no meu alcance eu vou ajudar. (KRETÃ, entrevista janeiro de 2022).

Como visto, é por meio da associação e dos diálogos com a FUNASA que se inicia o processo de cadastramento dos indígenas que viviam em Curitiba, citada como espaço em que Kretã circulava na época:

[...] eles arrumaram um carro pra gente poder cadastrar todas as famílias que tinha em Curitiba e região metropolitana, daí nós descobria onde que tinha uma família indígena nós íamos lá, fazia um cadastro, uma

ficha, ver como que estava a situação daquela família, se tinha telefone nós pegávamos, deixava o nosso pra aquela família poder ligar pra nós, de alguma maneira nós poder ajudar. Então foi um período muito importante nessa articulação com os indígenas que tinha em Curitiba, e a gente já sentia a dificuldade que todos tavam passando né, que morava ali já né, e daí o tempo foi passando, e daí em dois mil pra dois mil e três, quando a gente já estava mais fortalecido a associação, nós fizemos uma reunião, e achamos importante a gente retomar a terra, por causa que, ajudar um bairro, ajudar uma outra cidade, ajudar pra lá, e pra cá, é mais difícil que se nós tiver todo mundo junto no mesmo espaço, no mesmo local, é mais fácil da gente ajudar todos. (KRETÃ, entrevista em janeiro de 2022).

Foi neste início dos anos 2000 a experiência de retomada vivenciada por Kretã e os Kaingang daquela região: “[...] aí que começa minha história com a retomada, toda minha história nessa questão da retomada. Então nós fizemos a primeira retomada, que foi lá em São José dos Pinhais, numa terra que tinha lá, retomamos ela lá, ficamos durante um ano lá” (KRETÃ, entrevista em janeiro de 2022). A história de luta do Kretã e de retomada em 2003 foi carregada de aprendizados, de resistência, articulação e de enfrentamento de todas as formas de preconceito que vinham dos não indígenas gestores da cidade: “[...] tudo isso foi um momento assim de aprendizado, mas uma coisa que a gente sempre ouvia quando nós criamos a associação indígena: é se vocês quiserem caminhão, se quiserem ônibus, a gente arruma para poder levar as coisas de vocês para as aldeias de vocês, se vocês quiserem” (KRETÃ, entrevista em janeiro de 2022).

No entanto, esse processo de retomada exigiu muita luta e persistência para enfrentar o Estado e as discriminações enquanto desaldeados. O Estado não assumia sua responsabilidade constitucionalmente definida, conforme o narrado por Kretã:

[...] Era só isso que eles ofereciam pra nós, eles nunca diziam não a gente vai dar, como vocês estão aqui na capital a gente vai reconhecer que vocês são indígenas, e que tão aqui na capital e que merecem, nós como sociedade não-índio, nós como prefeito vamos ter um espaço pra vocês aqui, mas eles nunca fizeram isso. Perguntavam, de onde que vocês são? E nós sempre falava, não, nós somos aqui de Curitiba, e eles diziam não vocês não são, aonde que é a aldeia de vocês? Chamavam nós de desaldeados, tipo o conceito de aldeia que parece que você só é índio se você tiver lá dentro da tua aldeia, se você tiver aqui na cidade, ou tiver estudando, tiver trabalhando, você não é mais índio né. Então sempre esse conceito era dessa maneira, então a gente sofreu muito preconceito por parte do município,

por parte do Estado, por dizer que ali não era nosso lugar.

As lutas indígenas têm um sentido coletivo, pois quando Kretã narra a criação da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (ARPINSUL) observa-se essa luta pelo direito da coletividade indígena e a necessidade de articulação das lideranças da região sul e luta mais nacional: “[...] para que dessem condições das lideranças da região sul também saírem, irem para os atos, irem para as ações, pra luta, através da condição que nossa organização tinha, que dava essa condição, a minha maior preocupação foi com a questão de lutar pelo direito” (KRETÃ, entrevista em janeiro de 2022).

Iracema também narra suas andanças nos territórios Kaingang, no contexto da cidade, e o número de famílias que vieram para a cidade fazer justiça, como ela diz:

[...] naquela época eram quase 32 de famílias que vieram pra cá pra procurar justiça [...] aí começamos a caminhada de buscar espaço pra nós... A gente fez um projeto de compra de um terreno. E aí aprovou... A gente comprou e vieram os parentes também com o pessoal que lutava contra o arrendamento. Aí eles começaram a vir [...] tinham 28 famílias no nosso terreno, nosso barraquinho. (IRACEMA, entrevista em março de 2022).

Ela também relata o processo de conquista de terra na Lomba do Pinheiro na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e da continuidade de luta pela recuperação territorial na região da serra gaúcha em Canela – considerado território dos seus avós, ancestrais – e que foi um processo de mobilização e participação que se deu por meio de muitas reuniões com as comunidades: “[...] Daí o João e o Elziro começaram a busca... Eu não acompanhei isso, quem acompanhou mais foi o João. De vez em quando eu ia ficar lá com as comunidades. E foi onde conseguimos a Lomba do Pinheiro. Então essa é a nossa busca sempre, né?” (IRACEMA, entrevista março de 2022). Iracema se diz uma “sonhadora” e complementa: “busco espaço pra comunidade”. Por fim, a questão territorial é apreendida, sentida e vivida pela e com a ancestralidade, pois Dona Iracema finaliza:

[...] eu aprendi ainda com a minha avó [...], era mãe do meu pai [...] ela me contava que os pais e avós dela, sempre carregaram um bocó cheio de pinhão, e aonde eles paravam, plantavam pinhão, paravam pra descansar e já plantavam pinhão, e daí ela dizia que eles plantavam pinhão porque um dia era ela que ia fazer aquele trajeto quando ela fosse adulta, com os netos e filhos dela, e daí já tinha pinhão. (IRACEMA, entrevista em março de 2022).

## Reflexões Finais

É possível ainda, enxergar um bem viver nestes povos, principalmente nas suas formas de ser, nos seus reencontros, nos seus ritos, risos, consagrações, nas histórias engraçadas que contam nos encontros que nossa mobilidade nos possibilita. Teve um dia de luta em Brasília, que lembro que eu estava muito cansada, naquele calorão e os ministros não abriam as portas para receber as reivindicações dos povos indígenas, estava com minha filha, a Nayane, o tempo passava e o cansaço só aumentava, também a decepção, por tanta luta e nada resultar. Eu comecei a chorar, os povos guaranis, incansáveis com seus cantos tradicionais e olhei para Nayane, ela estava comendo pão, dando gargalhadas com outras crianças indígenas, eu comecei a rir também com ela e vi tanta vida em uma simplicidade imensa. Minha coragem se reergueu novamente. Talvez para as pessoas que desconhecem os povos indígenas signifique certo sofrimento ou vulnerabilidade termos que estar sempre em luta, mas é na luta que vivenciamos quem somos, é na luta também que nos reencontramos de fato, que fortalecemos nosso existir (DOMINGOS, 2022, p.85).

Sem a intenção de concluir a discussão, reafirmamos nessas reflexões finais o quanto é presente nas narrativas das lideranças Kaingang as histórias dos parentes e das andanças na luta pelos territórios indígenas. Finalizar com as palavras da epígrafe é também dar visibilidade ao quanto a luta indígena é um lugar de reencontro e de fortalecimento. E é assim que seguem as resistências indígenas, dos indígenas em movimento, das mobilidades, se reconhecendo em territórios outrora pisados pelas bisavós, pelos bisavôs, avós e pais sustentando os passos de agora. Muitas são as aprendizagens de geração para geração e que vão dando sentido à compreensão sobre o significado do direito originário: o território indígena.



## Referências bibliográficas

BETHONICO, Maria Bárbara Magalhães. Territórios e Terras Indígenas: uma breve reflexão a partir da geografia. *In: Revista de Geografia (Recife)* V. 35, No. 2, 2018.

BRAGA, Danilo. **A História dos kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BREGALDA, Damiana, CHAGAS, Miriam de Fátima. A diversidade no artesanato kaingang: um passaporte na cidade? *In: Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba*. Núcleo de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. Coordenação de Direitos Humanos. Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana. Porto Alegre: Prefeitura de Porto Alegre, 2008.

DOMINGOS, Angélica Ninhpryg. **ÊG TIGTI JAMÃ KRI, ÊG JAMÃ PÊ, ÊG NY GA FI. ENTRE TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADES ORIGINÁRIAS: a resistência kaingang frente às violações dos direitos indígenas no sul do Brasil**. Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.

ENTRETERRAS, **Laboratório de Antropologia da T/Terra**. UNB, BRASÍLIA, V.1, N.1, junho de 2017.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos; DOMINGOS, Angélica. **Políticas Indigenistas: contribuições para afirmação e defesa dos direitos indígenas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218334/001123165.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 de abr. de 2021.

FUNAI, **Fundação Nacional do Índio**. Governo Federal. Site: <<http://www.funai.gov.br/index.php/2014-02-07-13-24-53>>. Acesso em: 05 de mai. de 2021.

MARÉCHAL, Clementine. **Êg ga, êg kofa tu, a nossa terra é nossa história**. Território, xamanismo e história em retomadas kaingang. Tese de Doutorado (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2021.

MARÉCHAL, Clémentine. **“Eu luto desde que me conheço como gente”**. Territorialidade e cosmopolítica kanhgág enfrentando o poder colonial no Sul do Brasil. Porto Alegre, 2015.

MACHADO, Marjori de Souza. **Terras indígenas no Brasil: ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DEMARCATÓRIOS NOS GOVERNOS LULA E DILMA**. Dissertação

Mestrado. Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC): Florianópolis 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/169648>>. Acesso 08 abr. de 2021.

TAVARES, Elaine Jussara Tomazzoni. **Terra e território na América Latina: o desafio indígena na era do capital**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2019.

TOMMASINO, Kimiye. Território e territorialidade Kaingang. Resistência cultural e historicidade de um grupo Jê. In: MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva; TOMMASINO, Kimiye (Orgs.). *Urí e Wãsi – Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Ed. UEL, 2000, p. 191-226.

---

Recebido em: 20/06/2022 \* Aprovado em: 23/12/2022 \* Publicado em: 30/12/2022

---